

CORRUPÇÃO

PF mira mineração ilegal

Até diretores da ANM foram alvos da operação Rejeito, que investiga um sofisticado esquema de corrupção

» MATEUS PARREIRAS

Uma organização composta por empresários suspeitos de corromper funcionários públicos para mineração ilegal em Minas Gerais foi alvo, ontem, da Polícia Federal. A Operação Rejeito resultou na prisão de 15 dos 17 alvos com mandados expedidos e no cumprimento de 79 mandados de busca e apreensão na Grande BH e em Maceió. A ação dessa organização foi denunciada com exclusividade pela reportagem do Estado de Minas, em 5 de abril de 2025.

Participaram da operação a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF). A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 1,5 bilhão em ativos e a suspensão das atividades das empresas supostamente envolvidas no esquema, com potencial para arrecadar R\$ 18 bilhões. Entre os presos, segundo a PF, estão empresários e até diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM) investigados por participação no esquema.

Um dos presos é Alan Cavalcante do Nascimento, apontado pela polícia como o coordenador-geral e sócio de fato em diversas empresas do grupo, como a Fleurs Global Mineração Ltda. Ele foi detido em sua residência de luxo em Maceió, Alagoas.

A operação também resultou na prisão de servidores públicos. Na Agência Nacional de Mineração (ANM), Caio Mário Trivellato Seabra Filho, diretor desde 2020, é suspeito de receber R\$ 3 milhões em propina para alterar uma resolução da agência e beneficiar o grupo. Guilherme Santana Lopes Gomes, também diretor da ANM,

é investigado por aprovar licenças para a Gute Sicht em tempo recorde, durante um feriado. Leandro César Ferreira de Carvalho, gerente regional da agência, é suspeito de ter aceitado documentos falsificados no Projeto Rancho do Boi.

Rodrigo Melo Teixeira, ex-diretor da Polícia Federal em Minas e ex-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), também foi preso na operação.

No Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), Rodrigo Gonçalves Franco, que até o dia 13 era presidente da Feam, é investigado por suspeita de receber propina regularmente. A PF apurou que ele solicitou R\$ 500 mil pela "colaboração" no licenciamento da Mina Patrimônio.

Felipe Lombardi Martins é investigado como o suposto "homem da mala" e principal operador financeiro do grupo. Além dos presos, servidores foram afastados de suas funções por suspeita de participação.

O crime

O inquérito da PF classificou o grupo como uma "verdadeira organização criminosa", com o objetivo de obter licenças ambientais fraudulentas mediante o "pagamento de vantagens indevidas a servidores públicos".

Para "legitimar práticas delituosas", segundo a polícia, o esquema utilizava uma "robusta e complexa rede de empresas S/A". A estrutura com mais de 40 empresas usava "laranjas" e "testas de ferro" para dificultar as investigações.

A propina, que totalizou mais de R\$ 3 milhões identificados, era distribuída por meio de pagamentos em espécie ou depósitos bancários, movimentados em "três ou quatro

Jair Amaral/EM/DA Press



Após a operação, o governo de MG exonerou servidores da Secretaria de Meio Ambiente investigados



"O grupo investigado teria corrompido servidores públicos em diversos órgãos estaduais e federais de fiscalização e controle na área ambiental e de mineração"

Polícia Federal, em nota

camadas" de lavagem de dinheiro para ocultar sua origem.

As licenças supostamente fraudulentas seriam empregadas para a exploração irregular de minério de ferro em áreas de preservação, como a Serra do Curral, causando graves consequências ambientais e risco de desastres. A PF estima que as ações criminosas do grupo geraram um lucro de pelo menos R\$ 1,5 bilhão desde 2019, com um potencial econômico superior a R\$ 18 bilhões. A Fleurs Global Mineração, sozinha, teria movimentado R\$ 4,3 bilhões no período.

Os investigados podem responder por crimes ambientais, usurpação de bens da União, corrupção, organização criminosa

e lavagem de dinheiro. A partir de agora, as pessoas detidas por mandados de prisão preventiva permanecem à disposição do colegiado judicial, que avaliará a manutenção das prisões e de outras medidas restritivas.

O diretor de Amazônia e Meio Ambiente da PF, Humberto Freire de Barros, afirmou que se inicia agora a fase de "maturação" da operação, com a análise de todo o material apreendido. A operação busca "desestruturar a organização criminosa" e "fazer cessar as práticas delitivas", segundo a PF. O bloqueio de R\$ 1,04 bilhão dos alvos principais visa descapitalizar o grupo e impedir a continuidade das atividades.

TRIBUTAÇÃO

Comitê Gestor do IBS passa na CCJ

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A medida faz parte da regulamentação da reforma tributária e prevê a instituição de um colegiado para cobrar, fiscalizar e distribuir o novo tributo.

O texto, que segue para apreciação do Plenário, prevê que o Comitê Gestor será composto por 54 conselheiros, indicados por estados e municípios, com mandatos de quatro anos. De acordo com o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), os representantes deverão ter experiência comprovada na área tributária e reputação ilibada. Eles somente poderão ser afastados em casos de denúncia judicial, falta grave ou condenação criminal.

Entre as atribuições do órgão está a responsabilidade de garantir que a arrecadação do IBS seja distribuída de forma equilibrada entre estados e municípios. O imposto terá competência compartilhada, exigindo um mecanismo de fiscalização independente para evitar conflitos federativos e assegurar a execução uniforme das regras em todo o país.

O Comitê Gestor não estará subordinado hierarquicamente a nenhum outro órgão público. Seu modelo de prestação de contas seguirá o padrão de instituições como o Ministério Público e os três Poderes, mas adaptado às particularidades de sua função. Essa autonomia foi desenhada para assegurar neutralidade e independência nas decisões do colegiado.

Google
apresenta:

**BANCADA FEMININA
NA
COP30**

Festival de inovação por mais
mulheres nas decisões políticas e climáticas.

7 e 8 de outubro de 2025
Em Brasília no Festival Curicaca

Inscreva-se

Realização: **QUERO VOCÊ ELEITA** instituto **azmina** Apoio: **CORREIO BRAZILIENSE**